



**PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

**Ref.:** Projeto de Resolução nº 06/2025

**Autoria:** Poder Legislativo Municipal – Mesa Diretora.

**I – Relatório**

Trata-se de Projeto de Resolução que altera a redação do art. 76 da Resolução nº 07/2012, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, com o objetivo de estender o prazo para apresentação de emendas e substitutivos até o encerramento da segunda discussão do projeto.

A proposta visa aperfeiçoar o processo legislativo interno, ampliando o tempo hábil para que os vereadores possam analisar, discutir e propor ajustes às proposições em tramitação, de modo a fortalecer a atividade parlamentar e aprimorar a qualidade legislativa das normas produzidas por esta Casa.

É o relatório. Passa-se à análise técnica.

**II – Da análise técnica**

Inicialmente, cumpre destacar que o Projeto de Resolução em análise versa sobre matéria de competência privativa do Poder Legislativo Municipal, uma vez que trata de alteração do Regimento Interno, instrumento normativo que disciplina o funcionamento da Câmara Municipal e o exercício das prerrogativas de seus membros, conforme dispõe o art. 51, inciso III, da Constituição Federal, aplicado subsidiariamente aos Legislativos Municipais.

Quanto à espécie normativa, revela-se adequada a utilização de resolução, nos termos do art. 100 do Regimento Interno, uma vez que o objeto da proposição é o mecanismo legal utilizado para realizar qualquer mudança proposta.

Outrossim, a proposta não apresenta qualquer vício de constitucionalidade ou ilegalidade, encontrando-se em conformidade com os princípios da legalidade e da autonomia do Poder Legislativo em organizar seus trabalhos.

Assim, opinamos pela regularidade formal do Projeto de Resolução quanto à competência, iniciativa e espécie normativa.

*exum*



Por fim, salienta-se que a aprovação necessita de Maioria Absoluta, com fulcro no art. 100 do Regimento Interno.

### **III – Da Conclusão**

Portanto, examinada a matéria, às Comissões Permanentes desta Casa Legislativa vêm relatá-la como legal e constitucional, uma vez que encontra-se em perfeita consonância com os ditames legais.

Cumpre salientar que, na qualidade de relator desta Comissão, a presente manifestação limita-se à análise dos aspectos técnicos e jurídicos, nos termos da competência regimental. Ressalta-se, que o parecer emitido não possui caráter vinculativo quanto à deliberação dos parlamentares, uma vez que a decisão final sobre a aprovação ou rejeição da proposição legislativa compete, exclusivamente, ao Plenário desta Casa.

É, sub censura, o parecer que se submete à elevada apreciação, com base nas informações apresentadas e nos documentos, sem embargo de outras opiniões.

Assim sendo, somos pela tramitação do projeto apresentado.

Câmara Municipal de Entre Rios de Minas, em 04 de novembro de 2025.

### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**



**Lucas Augusto Resende Dias**  
Relator



**Bruno Asevedo Coelho Silva**  
Presidente da Comissão



**Claudio dos Reis Lima**  
Membro